

ACM

# Dedos e anéis

O GLOBO 30 JUL 1999

• Não deve estar se importando o senador Antônio Carlos Magalhães com críticas técnicas a seu projeto de combate à miséria. Seu objetivo político foi cumprido, e o Governo ajudou-o, ao desdenhar sua proposta. Tenta agora a oposição aproveitar as sobras da jogada para acordar o país, porco que dorme sobre o problema, para o encaminhamento não-populista do debate no Congresso.

Muitas restrições já foram feitas à proposta de ACM, e mais ainda ao fato de ela tangenciar a concentração de renda. Taxa igualmente os ricos e a classe média que ganha mais de R\$ 2 mil. Na discussão do pacote 51, o próprio ACM, contrário ao aumento do Imposto de Renda da pessoa física, dizia: "A população não pode arcar com mais esta carga tributária, sobretudo a classe média, já bastante sofrida".

Para a oposição, dizer apenas que é brincadeira discutir uma proposta de ACM, lembrando sua trajetória, seria corroborar a acusação recorrente de FH, de que ela "não tem proposta" e se nega ao debate. É o que acha o líder do PT, José Genoíno, com todas as restrições que tem à emenda ACM:

— Devemos discutir mas propondo alterações radicais, que não onerem nem a produção nem o salário. Não estamos querendo os dedos da elite, apenas uns anezinhos.

Ao centro, o ex-ministro Mailson da Nóbrega diz que a esquerda não deve repetir seu erro, agora cometido pelo senador, de achar que se resolve o problema destinando-se mais dinheiro aos pobres, ao social.

— Os mais ricos dão sempre um jeito de se apropriar dele — diz Mailson.

O gasto social no Brasil não é pequeno, está na mé-

dia dos países desenvolvidos, afirma Mailson. O problema é que os recursos somem no meio do caminho. Uma parte é sugada pela esponja burocrática e a outra, lá na ponta, é apropriada pelos que dominam o sistema político clientelista. Sabemos bem disso. Nem a merenda escolar chega inteira a seu destino.

Mailson tira de um recente boletim oficial alguns dados sobre a desigualdade: a aposentadoria média no INSS é de 1,8 salários-mínimos, no Congresso é de 57,8, no Poder Executivo federal de 14,4 e no Judiciário de 43,7 salários-mínimos; 70% das bolsas de estudo vão para os 10% mais ricos, enquanto os 10% mais pobres ficam com zero. Os 40% mais pobres com 7,8%. Estes e outros números dizem que o outro nome da pobreza é privilégio. Parte da esquerda tem dificuldade para entender isso.

Mailson aponta problemas técnicos como a tributação do cigarro. Com o aumento do preço, o fumante corre para marca mais barata e danosa. Cai a receita do IPI e aumentam os gastos com saúde. E uma contradição na taxação das bebidas, que pegaria tanto o champanhe dos ricos como a cachaça dos pobres. Mas ACM não deve estar ligando para isso. No conflito pobre x rico, reservou-se o melhor lugar. Eleitoralmente.